

**THE DECOLONIZATION OF PORTUGUESE AFRICA:
METROPOLITAN REVOLUTION AND THE DISSOLUTION
OF EMPIRE, NORRIE MACQUEEN, LONDON & NEW YORK,
LONGMAN, 1997**

Sobressaem duas virtudes deste livro de Norrie MacQueen sobre a descolonização do império colonial português. A primeira virtude, obviamente, é o facto de ter sido escrito, finalmente, mais de duas décadas depois das independências africanas. Já apareceram várias crónicas parciais da independência das antigas colónias portuguesas mas nunca se tentou uma análise de todo o processo de descolonização pelo que o livro de MacQueen tem o mérito de se encaixar num vácuo historiográfico. Acrescente-se que grande parte das crónicas parciais – existem como é claro honrosas excepções – tinham por objectivo a auto-justificação pessoal ou a legitimação do poder político pós-colonial e é portanto agradável ler uma obra que não tem nenhuma destas preocupações.

A segunda virtude do livro reside na recusa dos esquemas simplistas e maniqueístas com que muitas vezes se trata o tema da descolonização. Resumidamente, podemos distinguir entre duas escolas de pensamento, uma que prefere falar e pensar da conquista das independências e outra que prefere falar da concessão das independências. A descolonização britânica em África, frequentemente, é considerada um exemplo de descolonização concedida, com o ritmo e o formato sempre sob controle de Londres. A descolonização francesa provoca o debate entre aqueles que pensam descortinar uma lógica coerente comandada pela Realpolitik de Charles de Gaulle e Jacques Foccart e outros que vêem simplesmente uma sequência de fugas para a frente ao sabor dos últimos ventos africanos e internacionais. A descolonização portuguesa é, quase sempre, incluída na categoria das conquistas, apesar dos protestos dos que acham que as guerras em Angola e Moçambique estavam “ganhas” e dos que fogem à análise das complexidades atribuindo crimes de lesa-pátria a um ou outro alvo favorito. A historiografia oficial dos países descolonizados favorece naturalmente esta interpretação e acrescenta mesmo que não só os movimentos anti-coloniais africanos conquistaram a independência como até provocaram uma revolução em Portugal metropolitano.

Norrie MacQueen oferece uma análise que tenta combinar dinamicamente a evolução política em Portugal e nas colónias, mostrando os pontos de interacção e interdependência, contextualizando tudo no âmbito de uma

envolvente internacional que condicionava todos os intervenientes. A ambição de MacQueen é louvável e o reconhecimento da necessidade de uma análise bem mais complexa que as habituais crónicas monocausais representa só por si um avanço para o estudo da descolonização portuguesa.

Infelizmente compete-me agora reconhecer que os defeitos do livro de MacQueen são em quantidade e qualidade suficientemente imponente para fazer esquecer ao leitor as virtudes que à partida estava disposto e desejoso de reconhecer a um livro que trata de tão aliciante tema. Há inúmeras gralhas que sem serem fatais irritam e levantam a suspeita de estarmos perante um autor pouco à vontade com a matéria que trabalha – as referências às “províncias ultramaras”, por exemplo, indicam logo à partida que o autor não domina a língua portuguesa, o que é grave se atendermos à quantidade de material em português que ele obrigatoriamente tem de conseguir compreender.

Para o leitor português, mesmo aquele que não tem nenhum conhecimento especial sobre a descolonização, a quantidade de erros factuais é deveras preocupante. É grave por exemplo dizer que em 1968 Salazar foi substituído pelo “Ministro das Finanças Marcello Caetano”. É cómico sermos informados que em 1921 foi nomeado Alto Comissário de Moçambique uma pessoa chamada “Camacho Brito”. Infelizmente erros como estes e muitos outros serão provavelmente repetidos por uma geração de teses de licenciatura ou possivelmente trabalhos jornalísticos em Inglaterra e nos Estados Unidos.

A nível analítico o autor tem algum sucesso em evitar áreas demasiado controversas, mas cai em esparrelas sempre que não tem consciência de estar a navegar em águas turvas como por exemplo na ingenuidade que ele demonstra quanto às complexas questões da fundação do MPLA e do início da luta armada em Angola. Uma investigação aprofundada das fontes secundárias já disponíveis podia ter evitado alguns problemas deste tipo. Aliás, o exercício de leitura da bibliografia e das notas de rodapé é instrutivo quanto àquilo que o autor pura e simplesmente desconhece, ou por alguma razão preferiu não citar. Isto é notório no caso de publicações em português mas mesmo algumas fontes em inglês são descuradas. Só a título de exemplo: o autor escreve sobre a “Operação Madeira” (o acordo secreto celebrado entre as forças armadas portuguesas e Jonas Savimbi durante a guerra) sem se lembrar do livro escrito sobre isso por William Minter; ainda mais estranha é a ausência da bibliografia

do livro de David Birmingham (um historiador especialista em Angola) sobre a descolonização em África. Supõe-se que o autor não lê francês (não há nenhum livro em francês na bibliografia), o que é pena porque teria beneficiado da leitura de trabalhos de pessoas como René Pélissier ou Michel Cahen.

Mas em última análise o grande problema deste livro reside no pouco sucesso que o autor tem em atingir o objectivo que ele próprio anuncia, nomeadamente aquilo que acima considerei louvável: uma crónica que demonstrasse, sem as confundir, as influências e interdependências dos desenvolvimentos políticos em Portugal, nas colónias e no palco internacional mais vasto. Resta a esperança que este livro sirva de inspiração para uma outra história das descolonizações que consiga de facto atingir esse objectivo.

João Gomes Cravinho